

**HABEAS CORPUS Nº 536.426 - SP (2019/0292608-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**MAÍRA SANTOS ABRÃO - SP173326**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO**  
**PACIENTE : ENI PESSO ALVES**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de ENI PESSO ALVES, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de dois anos de reclusão, em regime aberto, sendo substituída por duas restritivas de direito.

O eg. Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa. Daí o presente **habeas corpus**, no qual o ora impetrante, alega que o paciente sofre constrangimento ilegal na determinação do cumprimento provisório da pena restritiva de direitos, o que afronta diretamente o disposto no art. 147 da Lei de Execução Penal e a jurisprudência sedimentada nesta Corte.

Requer a concessão da ordem, para suspender a ordem de execução da pena,.

Pedido liminar deferido às fls. 31-33.

Informações prestadas às fls. 65-76.

O Ministério Público Federal manifestou-se à fl. 60 pela prejudicialidade denegação do **habeas corpus**.

É o relatório.

**Decido.**

O pedido está prejudicado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Isto porque verifico nas informações prestadas pelo Tribunal de origem às fls. 65-76 que os "*autos foram encaminhados à E. Vice-Presidência desta Corte, que em decisão proferida em 25.10.2019 indeferiu o pedido ministerial de execução provisória da pena restritiva de direitos*".

Sob tal contexto, verifico que o presente **writ** perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do RISTJ, julgo o presente **habeas corpus** prejudicado.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator